Processo TC nº 004.545/2010-9
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de Tomada de Contas Especial originária da conversão de processo de Representação, determinada pelo Acórdão nº 359/2010-1ª Câmara (p. 10, peça 1). Essa representação foi apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em decorrência de irregularidades constatadas na execução do Convênio EP 1363/03, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e a Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro/PB, tendo por objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares.

2. Em manifestação anterior (pp. 35/36, peça 1), considerando as razões ali expostas, este representante do MP/TCU propôs, preliminarmente, o retorno dos autos à Secex/PB, para que fosse promovida a citação do Sr. José Edson da Costa Silva, ex-prefeito municipal, solidariamente com o Sr. Marcos Tadeu Silva, em relação ao débito de R\$ 60.000,00, atualizado a partir de 28/09/2007.

3. Acolhida a referida proposta (p. 37, peça 1), a unidade técnica providenciou as devidas comunicações processuais.

4. Após a análise das alegações de defesas apresentadas pelo Sr. José Edson da Costa Silva, (pp. 47/49, peça 1), a unidade técnica considera que as alegações apresentadas não são suficientes para afastar a irregularidade imputada ao responsável. Com relação ao Sr. Marcos Tadeu Silva, embora regularmente citado (p. 44, peça 1), o mesmo não apresentou defesa. Entretanto, conforme aponta a Secex/PB, como ele apresentou defesa em resposta à citação anterior, não incorreu na revelia a que alude o art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

5. De fato, como ressaltei no parecer anterior, pesam sobre os responsáveis os indícios, não elididos pelas defesas apresentadas, de que a empresa contratada para execução do convênio (Somar Construtora Ltda.) é uma empresa de fachada e não possui estrutura nem funcionários para a execução de qualquer tipo de obra, apesar de ter vencido, apenas no ano de 2005, 34 licitações em diversas prefeituras do Estado, conforme registrado no Sistema SAGRES On Line, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (p. 49, peça 3 do TC nº 010.394/2007-4, apenso).

6. Sendo assim, não obstante a notícia de que as obras objeto do convênio foram construídas, não existem elementos para assegurar que a obra objeto do Convênio EP 1363/03, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro/PB, foi executada pela empresa contratada e com os recursos conveniados, principalmente considerando o esquema de fraudes existente no Estado naquela época.

7. Ante o exposto, considerando os elementos constantes dos autos e a adequada análise feita pela unidade técnica, este representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento de páginas 03/05, peça 7.

Ministério Público, em setembro de 2012.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Subprocurador-Geral